

FTIGESP NEWS // CCT obriga jornais do interior a pagarem hoje a PLR aos gr áficos

, 05 Setembro 2018 - 08:34:17

Jornais devem pagar 2ª parcela no valor de R\$ 420 nesta quarta-feira (5). A Federação Estadual dos Gr áficos (Ftigesp) notificou as empresas

Independente do retrocesso nos direitos postos pela nova lei do trabalho de Temer e seus aliados, os gr áficos dos jornais e revistas do interior de SP continuam recebendo sua compensação financeira anual para além do 13º salário. Há muito tempo, duas vezes ao ano, ganham valores relativos a Participação nos Lucros e Resultados (PLR), garantida na Convenção Coletiva de Trabalho (CCT) do segmento - um conjunto de direitos superiores à CLT, negociadas pelos Sindicatos dos Gr áficos (STIGs) e a Federação Paulista dos Gr áficos (Ftigesp). A PLR equivale a 6% do salário mensal de quem recebe o piso normativo do segmento e 5% da remuneração de quem ganha piso funcional nestas empresas.

Pela CCT, a primeira parcela no valor de R\$ 420 deveria ter sido paga desde 5 de março. Denuncie ao STIG da sua região se não recebeu. "Já a segunda parcela com o mesmo valor deve ser quitada nesta quarta-feira (5). O montante deve ser pago junto com o salário. Denuncie caso a empresa descumpra a convenção que tem força de lei", orienta Leonardo Del Roy, presidente da Ftigesp, entidade que todos os STIGs paulistas são filiados. O dirigente já notificou todas as empresas.

Este ano o movimento sindical conseguiu garantir a PLR, cesta básica e outros direitos coletivos, ora atacados pela lei da reforma trabalhista. Contudo, como ocorre todo ano, a CCT precisa ser renovada por mais um ano para garantir o conjunto de direitos convencionados para 2019, aliás, a partir de 1º de outubro deste ano, que é a data-base da classe. Sem isso, os gr áficos dos jornais e revistas deixarão de receber a PLR e demais direitos se não forem renovados na nova convenção coletiva.

A conquista ou a perda de direitos dependerá somente da participação ou da ausência respectivamente dos gr áficos na campanha salarial. O tamanho da luta será proporcional ao das conquistas. Del Roy conta que a batalha será dura em função dos retrocessos contidos na nova lei do trabalho também sobre as negociações coletivas. "Ninguém pode vacilar nesta campanha. Vamos juntos lutar para garantir a PLR e o conjunto de direitos, bem como reparar outros perdidos com essa nova lei", orienta.